



Table with 4 columns: Ativo, Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

Table with 5 columns: Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Reclasseificado, Reserva legal, Reserva especial, Reserva de lucros a realizar, Lucros líquidos (prejuízos) acumulados, Total. Title: Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - A SPE Saúde Primária BH S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, constituída em 30 de novembro de 2015. Em 2020 o Grupo Transpex obteve o controle da Companhia. A Companhia tem como objeto social a exploração da concessão administrativa para realização das obras e serviços não assistenciais de 50 centros de saúde da rede de atenção primária à saúde do município de Belo Horizonte durante o prazo de 20 anos estabelecido no Edital de Licitação da concorrência nº 008/2011 e no instrumento firmado entre o município de Belo Horizonte por intermédio da Secretaria de Saúde do Município de Belo Horizonte ("Poder Concedente") e a Companhia. Em 27 de outubro de 2023, a Companhia e o Poder Concedente celebraram os aditivos contratuais nºs 10 e 12 que representam uma ampliação nas operações da companhia. Com os aditivos, a quantidade de centros de saúde explorados pela concessão aumentaram, passando a totalidade de 59 e houve o acréscimo de um Centro de Material Esterilizado e Laboratório ("CME/Laboratório"). A concessão administrativa incluiu os serviços de construção de toda a infraestrutura dos centros de saúde incluindo a disponibilização do mobiliário e equipamentos necessários além da operação da infraestrutura depois de executada toda a obra. Em 31 de dezembro de 2023, considerando os aditivos contratuais assinados no ano, já haviam sido entregues 48 (quarenta e oito) centros de saúde ao Poder Concedente, havia 2 (dois) com obras em andamento, além de todas as novas obras dos aditivos para serem iniciadas. O serviço de operação inclui serviços de vigilância eletrônica, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem e controle de pragas, e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. 2. Base de preparação - 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração da Companhia e aprovadas pelo Conselho em 18 de março de 2024. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 07 - Ativo financeiro da concessão; principais premissas em relação à atualização dos saldos. 2.4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em Nota Explicativa. 3. Principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. 3.2. Fundo restrito: O fundo restrito representa contas garantidas para cobertura dos financiamentos contratados. Esta conta possui movimentação decorrente das determinações dos contratos de financiamento e demais acessórios. 3.3. Impostos a recuperar: A Companhia reconheceu créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, referentes ao custo incorrido na fase de construção, e atualmente, reconhece na fase de operação. Referidos créditos são apurados e registrados no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insussumos para execução dos serviços mencionados. 3.4. Ativo financeiro da concessão: Refere-se à parcela dos direitos a faturar e faturado ao Poder Concedente decorrentes do contrato de Parceria Público-Privado firmado com a Prefeitura de Belo Horizonte, para a realização das obras de infraestrutura dos Centros de Saúde. O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05. O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como um Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção. 3.5. Reconhecimento da receita: A Companhia reconhece a receita à medida que satisfaz a obrigação de desempenho ou transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. A obrigação de desempenho é satisfeita e a receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços estão disponíveis ao Poder Concedente e são prestados pela Companhia. (i) Receita de contraprestação mensal: A receita de contraprestação mensal ("CPM") é reconhecida a partir do início da prestação dos serviços de apoio não assistenciais, que compreendem serviços de vigilância eletrônica, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem e controle de pragas, e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. 3.6. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras compreendem ativos e passivos financeiros, desoncos obtidos e receitas financeiras sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem juros e multas pagos sobre contas a pagar e empréstimos e outras despesas financeiras. Despesas e receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas pela Companhia. 3.7. Financiamentos: Refere-se a valores captados junto a instituições financeiras para viabilizar a construção de Centros de Saúde (CSs). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva. 3.8. Estoque: O estoque é composto por materiais destinados à aplicação nos serviços de construção da infraestrutura e nos serviços operacionais prestados nas unidades já concluídas. Encontra-se avaliado pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis. 3.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. 3.10. Tributos sobre contraprestação: Os tributos sobre a contraprestação contemplam Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") às respectivas alíquotas de 1,65%, 7,6%. Tais tributos são

Table with 4 columns: Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Demonstrações do resultado abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do resultado abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

retrospectivamente. As alterações também prevêem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pilar Two. A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. d) Alteração na norma IAS 8 / CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros: As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. 3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis a partir dos efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b) Alterações na norma IAS 1 / CPC 26: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; c) Alterações na norma IAS 1 / CPC 26: esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7 / CPC 03 (R2) e IFRS 7 / CPC 40 (R1): esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na IAS 21 / CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. 4. Instrumentos financeiros por categoria - a. Gestão de risco financeiro: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativo financeiro da concessão, fundo restrito, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. (i) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. (ii) Risco com taxa de juros: O risco associado à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. (iii) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Table with 4 columns: Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Demonstrações do resultado abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do resultado abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e bancos 197 237 Aplicações financeiras (i) 2.138 14.085 (ii) Referem-se a fundos de investimentos em renda fixa, que buscam remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata. 6. Fundo restrito: Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 14.444 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 6.746) busca remuneração à taxa de 100% do CDI. O saldo é mantido conforme previsto nos contratos firmados entre a Companhia e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG") e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). 7. Ativo financeiro da concessão: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o montante a receber de R\$ 9.299 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 7.266) referente aos serviços prestados para a operação da Concessão. O saldo remanescente de R\$ 359.767 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 311.993), será amortizado pelo recebimento das contraprestações mensais, que deverá ocorrer ao longo da Concessão. O saldo do ativo financeiro da concessão compreende as parcelas citadas a seguir:

Table with 4 columns: Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

8. Impostos a recuperar: PIS/COFINS a recuperar 4.757 1.168 IRRF sobre aplicações financeiras 547 740 Outros impostos a recuperar 2.431 412 Ativo circulante 7.735 2.320 Ativo não circulante 21.427 24.387 Os impostos a recuperar serão realizados até o fim da concessão. São recuperados à medida em que a Companhia realíza o ativo financeiro da concessão. 9. Estoques: O estoque da companhia é composto por materiais que serão consumidos em suas atividades operacionais.

Table with 4 columns: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais), Nota Explicativa, 2023, 2022. Title: Demonstrações do fluxo de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 379B-AF3C-6335-E614.

SPE Saúde Primária BH S.A. - CNPJ: 23.921.007/0001-41			
	Imóveis	Total	
b. Passivo de direito de uso			
Em 1º de janeiro de 2023			
Saída de caixa total para arrendamentos	(172)	(172)	
Adições a passivo de direito de uso	4.990	4.990	
Juros sobre arrendamentos	207	207	
Em 31 de dezembro de 2023	5.025	5.025	
c. Efeito no resultado			
Juros sobre arrendamento	207	207	
Em 31 de dezembro de 2023	207	207	
18. Patrimônio líquido - a. Capital social: O capital social e a composição acionária da Companhia estão representadas conforme a seguir. Em dezembro de 2023, a companhia aprovou integralização de capital através de conversão de mútuo totalizando R\$ 9.370. Com relação as participações societárias, não houve alteração em relação ao relatório ano de 2022.			
	2023	2022	
	Ações no-	Participa-	
	Capital	ções	ção(%)
Transportes Pesados Minas S/A	48.759	72.106	93
Odebrecht Porperties Parc. S/A	5.611	5.611	7
	54.370	77.717	100
Capital Subscrito	77.717	77.717	
(-) Capital a integralizar	(23.347)	(32.717)	
Capital Social	54.370	45.000	
b. Reservas de lucro - (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o saldo de R\$4.014 (31 de dezembro de 2022 - R\$2.435). (ii) Reserva especial: De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o saldo de R\$ 19.084 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 11.585). (iii) Reserva de lucros a realizar: Essa reserva foi constituída com base em lucros não realizados de períodos anteriores, principalmente durante a fase de construção, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta o saldo de R\$57.175 (31 de dezembro de 2022 - R\$34.677).			
19. Receita líquida			
Receita de contraprestação mensal	66.714	49.415	
Receita de construção	53.406	106.601	
Atualização do ativo financeiro	45.064	34.619	
Impostos e deduções sobre receitas	(15.280)	(17.634)	
Receita líquida de serviços	149.904	173.001	

20. Custos dos serviços prestados			
a. Custos de construção da infraestrutura			
Materiais aplicados	(20.759)	(23.612)	
Serviços de terceiros	(18.363)	(46.151)	
Empréstimos e Financiamentos	(7.668)	(25.793)	
Seguros e locações em geral	(1.246)	(1.185)	
	(48.036)	(96.741)	
b. Custos dos serviços prestados da operação			
Mão de obra	(11.080)	(7.928)	
Materiais aplicados	(4.713)	(3.285)	
Engenharia Clínica	(3.522)	(2.572)	
Seguros e locações em geral	(1.130)	(980)	
Serviços de terceiros	(863)	(1.017)	
Vigilância	(108)	(82)	
	(21.416)	(15.864)	
21. Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal	(8.088)	(3.989)	
Serviços de terceiros	(2.322)	(1.228)	
Despesas administrativas	(1.927)	(278)	
Despesa escritório	(949)	(110)	
Aluguéis e locações em geral	(391)	(411)	
Depreciação arrendamento	(381)	-	
Depreciação imobilizado	(109)	(29)	
Seguros	(5)	(1)	
	(14.172)	(6.046)	
22. Resultado financeiro, líquido			
Recitas financeiras			
Rendimento de aplicação financeira	2.690	3.758	
Outras receitas	416	35	
	3.106	3.793	
Despesas financeiras			
Juros e encargos sobre empréstimos	(20.597)	(3.403)	
Juros sobre arrendamentos	(207)	-	
Juros e multa por atraso	(10)	(13)	
Outras despesas financeiras	(205)	(353)	
	(21.019)	(3.769)	
	(17.913)	24	
Resultado financeiro líquido			
23. Lucro básico por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os períodos findos em 31 de dezembro:			
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	2023	2022	
	31.576	35.919	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	74.159	74.159	
Lucro básico por ação - em reais	0,43	0,48	
24. Seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais na infraestrutura, incluindo, algamentos, danos elétricos, demolições, desmoronamentos, reparos e refor-			

mas, entre outros, é de R\$ 541.000. A cobertura para responsabilidade civil, contra danos corporais e/ou materiais causados por terceiros, danos morais empregador, operações e lucros cessantes corresponde ao valor de R\$ 30.000. Para o Performance Bond, o valor é de R\$ 27.959 contra o risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, incluindo a não entrega da infraestrutura e prestação de serviços de apoio.

25. Eventos Subsequentes: Não ocorreram eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
Aos Administradores e Acionistas da SPE Saúde Primária BH S.A. - Belo Horizonte-MG. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Saúde Primária BH S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Saúde Primária BH S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2024.
BDO RCS Auditores Independentes - SSCR 2 MG 009485/F-0.
Paulo Eduardo Santos - Contador - CRC 1 MG 078750/O-3.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/379B-AF3C-6335-E614> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 379B-AF3C-6335-E614



Hash do Documento

vw2FyHvIQKh5N7vBOBLvJCYSFjZqF0IDzGN3Y4/d6l8=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/04/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 05/04/2024 20:50 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

